

# Rota da BR 262 Mg S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262K5-048-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	8
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	13
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	20

## 1. Aos Acionistas

É com grande satisfação que apresentamos, para vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações contábeis da Rota da BR 262 MG S.A., (“Companhia”) relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2. Informações sobre a Companhia

A Rota da BR 262 MG S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de dezembro de 2024, com sede em Uberaba, MG, tem por objeto social a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios e empreendimentos, em linha com o seu enquadramento como holding de instituições não financeiras.

### Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, diretas e indiretas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e possui a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle é obtido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que esse controle cessa. As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, e o exercício social dessas entidades coincide com o da Companhia; quando necessário, as demonstrações das controladas são ajustadas para adequar suas práticas àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas intragrupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

	Participação em %	
	31/12/2025	31/12/2024
Companhia	Direta	
Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (i)	100%	100%

### Principal investimento da companhia

Abaixo está apresentado a principal contrato de concessão da companhia, por entidade e segmento de negócio:

## Concessionária de rodovia

### Concessionária de rodovia - Rota do Zebu – Way 262

A Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (“Companhia”) localizada à Rua Belmira Montes Barroso no 164, em Uberaba, Minas Gerais, é uma sociedade anônima constituída em 02 de dezembro de 2024, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, da Rodovia BR 262/MG (km 360,1 ao km 799) do Programa de Concessão de Rodovias do sistema Rodoviário da BR-262/MG (Uberaba/MG – Betim/MG), entre o KM 360,1 e o KM 799,0, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-381 (C) em Betim e o entroncamento com a BR-050 (A)/464(A) em Uberaba, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão no 03/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres e no respectivo Contrato de Concessão, controlada pela Companhia Rota da BR 262 MG S.A. com 100% das ações.

A Companhia celebrou, em 14 de fevereiro de 2025, contrato de concessão pelo prazo de 30 anos, mediante licitação pública para operar a referida rodovia. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis segundo cláusulas específicas), desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente, as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade.

A concessão tem o prazo previsto de término para março de 2055. No encerramento do contrato, os trechos rodoviários administrados pela Concessão da Rodovia BR 262 MG S.A., serão devolvidos ao Poder Concedente, não havendo previsão no contrato original de prorrogação.

Em razão do início das operações da Companhia em março de 2025, os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024 refletem exclusivamente o aporte inicial de capital social, sem movimentações operacionais ou financeiras relevantes. Por esse motivo, não há comparativos entre os períodos, não permitindo análises significativas de variação ou evolução entre exercícios.

## 3. Análise Econômico-Financeira

A controlada por ser uma empresa concessionária de rodovias, uma das formas de acompanhar nosso desempenho operacional é através dos volumes de tráfego equivalentes gerados em nosso negócio.

### 3.1. Tráfego consolidado controlada

O tráfego apresentado para o período do 12M25, está representado por 4 (quatro) praças de pedágio em operação desde 21 de março e 2 pórticos cobrança automática em operação desde 17 de novembro de 2025.

Segmentação do tráfego (veículos equivalentes)	2025
Veículos leves (mil)	5.454
Veículos pesados (mil)	19.329
	<b>24.783</b>

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho da Companhia – 31/12/2025

<b>Segmentação do tráfego (veículos pagantes)</b>	<b>2025</b>
Veículos leves (mil)	5.444
Veículos pesados (mil)	3.931

### 3.2. Receita operacional bruta controlada

A receita operacional bruta consolidada totalizou R\$ 426.866, no período de 12M25. Sendo 52,67% de receita de pedágio, 47,30% de receitas de construção e o restante de outras receitas.

<b>Composição da receita operacional bruta</b>	<b>2025</b>
Arrecadação de pedágios	224.850
Receita extraordinária	103
Receita de construção	201.913
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>426.866</b>

### 3.3. Receita operacional líquida

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>
Receitas de pedágios	-	224.850
Receitas acessórias	-	103
Receitas de construção - ativos da concessão	-	201.913
Receita bruta de serviços	-	426.866
Impostos incidentes sobre serviços	-	(19.045)
<b>Receita líquida</b>	<b>-</b>	<b>407.821</b>

### 3.4. Custos operacionais

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Custo operacional</b>		
Custo de construção - ativos da concessão	-	(201.913)
Custo de conservação e manutenção rodovias	-	(14.956)
Custo operacional de rodovias	-	(21.338)
Custo com pessoal	-	(15.872)
Seguros	-	(2.767)
Custos contratuais da concessão	-	(9.850)
Amortização intangível	-	(396)
Depreciação ativo	-	(1.446)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(268.538)</b>

### 3.5. Despesas operacionais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Despesas com pessoal	-	(3.922)
Serviços de terceiros	(76)	(8.491)
Material e equipamentos	-	(1.677)
Despesas gerais	(214)	(4.590)
Outras receitas não operacionais	-	(693)
Amortização arrendamento	-	(243)
Amortização intangível	-	(87)
Depreciação ativo	-	(428)
<b>Total</b>	<b>(290)</b>	<b>(20.131)</b>

### 3.6. Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
<b>Receitas</b>		
Rendimentos de aplicação	10	8.822
Outros	-	197
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>9.019</b>
<b>Despesas</b>		
Juros sobre debêntures	(20.982)	(20.982)
Custos sobre debêntures	(234)	(234)
PIS e COFINS s/receita financeira	-	(424)
AVP Arrendamentos operacional	-	(303)
AVP Provisão manutenção	-	(242)
Outros	(80)	(382)
<b>Total</b>	<b>(21.296)</b>	<b>(22.567)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(21.286)</b>	<b>(13.548)</b>

### 3.7. Principais investimentos controlados

Investimentos em (R\$ milhões)	2025	Acumulado
Infraestrutura operacional	48.168	48.168
Obras e melhoramentos	201.813	201.813
Outros	14.245	14.245
<b>Total</b>	<b>264.226</b>	<b>264.226</b>

A Concessionária foi constituída em 02 de dezembro de 2024, e teve seu início operacional em 21 de março de 2025, os investimentos estão em fase inicial, serão investidos mais de R\$ 4 bilhões em obras e infraestrutura, a concessão trabalha para oferecer segurança e conforto a todos que utilizam a rodovia por meio de prestados aos usuários.

#### **4. Governança Corporativa**

##### **Relacionamento com os auditores independente**

Em conformidade com a Instrução CVM 381/03 informamos que os auditores independentes da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações trimestrais individuais, e não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

#### **5. Declaração da Diretoria sobre as demonstrações contábeis e sobre o relatório dos auditores independentes**

Em observância às disposições constantes no artigo CVM 80/22, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Rota da BR 262 MG S.A., declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Uberaba, 30 de março de 2026.

Paulo Nunes Lopes  
Diretor Presidente

Paulo Vinícius Machado Gomes  
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -  
6ª andar, Sala 602 - Vila do Golf -  
Ribeirão Preto (SP) Brasil  
T +55 16 3103-8940  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos acionistas e administradores

**Rota da BR 262 MG**

Uberaba – MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Rota da BR 262 S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Rota da BR 262 S.A. (Companhia) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS accounting standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

### Registro e avaliação de cláusulas restritivas de contrato de emissão de debêntures (e outras obrigações)

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia realizou a emissão de debêntures em 15 de janeiro de 2025 e 12 de setembro de 2025. Consideramos esse assunto relevante e, por consequência, um principal assunto em nossa auditoria em virtude da relevância dos montantes registrados nos passivos circulante e não circulante, bem como a necessidade de avaliação do cumprimento, pela Companhia, de determinadas cláusulas restritivas e obrigações contratuais.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (a) a confirmação dos saldos em aberto junto aos debenturistas em 31 de dezembro de 2025 (e confronto das citadas confirmações junto aos saldos contábeis); (b) recálculo da atualização monetária e respectivos encargos financeiros do contrato de debêntures; (c) testes, em bases amostrais, dos pagamentos realizados pela Companhia no exercício; (d) confronto dos valores registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e respectivos atos societários; (e) avaliação do cumprimento, pela Companhia, do cumprimento dos covenants financeiros e não financeiros; e (f) avaliação das segregações entre passivos circulante e não circulante, além das divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela administração da Companhia para registro, mensuração, classificação e divulgação dos contratos de debêntures, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Ativo Intangível – Reconhecimento, mensuração e amortização do direito de exploração da concessão (ICPC 01/IFRIC 12)

Conforme previsto no Contrato de Concessão celebrado com a ANTT e divulgado nas Notas 13 e 14 das demonstrações consolidadas, o ativo intangível e o ativo intangível em construção da Companhia decorrem do direito de exploração dos serviços públicos de operação, manutenção, recuperação, ampliação e melhoria da Rodovia BR-262/MG, reconhecidos na controlada Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A., de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão. Esses saldos apresentam montantes relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas, abrangendo dispêndios com obras, melhoramentos, sistemas e demais investimentos realizados, bem como as transferências de construções em andamento para o ativo intangível. Esse assunto foi considerado relevante e, dessa forma, um principal assunto em nossa auditoria, em virtude da: (i) relevância dos valores registrados no intangível e no intangível em construção; (ii) complexidade técnica associada aos critérios de reconhecimento e mensuração previstos na ICPC 01/IFRIC 12; (iii) subjetividade nas premissas utilizadas pela administração, tais como projeções de tráfego, cronogramas de investimentos, curvas de amortização baseadas no benefício econômico futuro e estimativas de gastos de construção capitalizáveis; e (iv) julgamentos relevantes aplicados no processo de transferência de valores em construção para o ativo intangível.

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: a) avaliação dos principais termos do Contrato de Concessão e análise das obrigações de investimento, b) avaliação das políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento, mensuração e amortização do ativo intangível, incluindo a análise da base técnica que sustenta o uso das curvas de tráfego como método de amortização c) testes, em base amostral, dos custos de construção incorridos no período, incluindo verificações documentais, análise de contratos, medições, notas fiscais e conciliações com os registros contábeis, bem como a avaliação dos critérios de capitalização adotados d) testes das transferências de intangível em construção para o intangível operacional, verificando a aderência dos valores transferidos ao estágio de conclusão e ao início de utilização dos ativos e) avaliação das premissas utilizadas para amortização do ativo intangível, incluindo projeções de tráfego, f) revisão das divulgações constantes nas notas explicativas para verificar a adequação, completude e transparência das informações apresentadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, metodologias e critérios contábeis utilizados pela administração da Companhia para o registro, mensuração, amortização, classificação e divulgação do ativo intangível decorrente do direito de exploração da concessão, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com os documentos, evidências e análises obtidos em nossos procedimentos de auditoria, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 30 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini  
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

# Rota da BR 262 MG S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

## Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	501	1	28.744	1
Contas a receber de clientes	7	-	-	31.428	-
Partes relacionadas	-	-	-	70	-
Despesas antecipadas	8	-	-	305	-
Adiantamentos	-	-	-	286	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>501</b>	<b>1</b>	<b>60.833</b>	<b>1</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Recursos vinculados	9	-	-	4.002	-
Partes relacionadas	19	-	-	264	-
Impostos diferidos	27	-	-	2.053	-
Outros ativos	-	-	-	55	-
Direito de uso	11	-	-	2.186	-
Investimentos	10	302.574	-	-	-
Imobilizado	12	-	-	46.195	-
Intangível	13	-	-	159.526	-
Intangível em construção	14	-	-	56.149	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>302.574</b>	<b>-</b>	<b>270.430</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>303.075</b>	<b>1</b>	<b>331.263</b>	<b>1</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Rota da BR 262 MG S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	15	-	-	8.033	-
Obrigações tributárias e sociais	16	-	-	11.735	-
Obrigações contratuais	17	-	-	625	-
Dividendos a pagar	22	14.927	-	14.927	-
Passivos de arrendamentos	20	-	-	300	-
Outras obrigações	-	-	-	18	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>14.927</b>	<b>-</b>	<b>35.638</b>	<b>-</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Debêntures	18	176.150	-	176.150	-
Obrigações contratuais	17	-	-	4.002	-
Partes relacionadas	19	4.450	-	-	-
Passivos de arrendamentos	20	-	-	2.073	-
Provisão manutenção	21	-	-	5.852	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>180.600</b>	<b>-</b>	<b>188.077</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	-	59.622	1	59.622	1
Reserva legal	-	3.143	-	3.143	-
Reserva de lucros	-	44.783	-	44.783	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>22</b>	<b>107.548</b>	<b>1</b>	<b>107.548</b>	<b>1</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>303.075</b>	<b>1</b>	<b>331.263</b>	<b>1</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Rota da BR 262 MG S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	24	-	-	205.909	-
<b>Receitas com construção e infraestrutura</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>201.913</b>	<b>-</b>
Custo dos serviços prestados	25	-	-	(66.626)	-
Custos com construção e infraestrutura	25	-	-	(201.913)	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>139.283</b>	<b>-</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	25	(290)	-	(20.131)	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	84.429	-	-	-
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>84.139</b>	<b>-</b>	<b>119.152</b>	<b>-</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	26	10	-	9.019	-
Despesas financeiras	26	(21.296)	-	(22.567)	-
		<b>(21.286)</b>	<b>-</b>	<b>(13.548)</b>	<b>-</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>62.853</b>	<b>-</b>	<b>105.604</b>	<b>-</b>
Imposto de renda e contribuição social	27	-	-	(44.804)	-
Imposto diferido	27	-	-	2.053	-
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(42.751)</b>	<b>-</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>62.853</b>	<b>-</b>	<b>62.853</b>	<b>-</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação - em reais</b>	<b>31</b>	<b>0,00158</b>	<b>-</b>	<b>0,00158</b>	<b>-</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Rota da BR 262 MG S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>62.853</b>	-	<b>62.853</b>	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>62.853</b>	-	<b>62.853</b>	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Rota da BR 262 MG S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido	Total consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>1</b>		<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	62.853	<b>62.853</b>	<b>62.853</b>
Constituição reserva legal	-	-	3.143	(3.143)	-	-
Distribuição de dividendos	22	-	-	-	-	-
Integração de capital social	22	59.621	-	-	<b>59.621</b>	<b>59.621</b>
Dividendos distribuídos	22	-	-	(14.927)	<b>(14.927)</b>	<b>(14.927)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>59.622</b>	<b>3.143</b>	<b>44.783</b>	<b>107.548</b>	<b>107.548</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Rota da BR 262 MG S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>62.853</b>	<b>105.604</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	-	2.600
Baixas líquidas de imobilizado	-	20
Provisão manutenção	-	5.852
Recursos vinculados	-	(4.002)
Juros e correções monetárias debêntures	19.810	19.810
Custo captação debêntures	1.172	1.172
Resultado de equivalência patrimonial	(84.429)	-
<b>Decréscimo/acrécimo em ativos e passivos</b>		
Contas a receber de clientes	-	(31.428)
Adiantamentos	-	(286)
Outros ativos	-	(55)
Despesas antecipadas	-	(305)
Fornecedores	-	8.033
Obrigações contratuais	-	4.627
Partes relacionadas	4.450	(334)
Obrigações sociais e tributárias	-	5.327
Outros passivos	-	18
Pagamentos juros debêntures	(12.269)	(12.270)
Imposto de renda e contribuição pagos	-	(38.395)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(8.413)</b>	<b>65.988</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Investimentos	(267.622)	-
Dividendos recebidos de controlada	49.477	-
Adições ao ativo imobilizado	-	(48.088)
Adições ao ativo intangível	-	(216.159)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(218.145)</b>	<b>(264.247)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	59.621	59.621
Captação de debêntures	208.000	208.000
Custo de captação de debêntures	(3.832)	(3.832)
Pagamento de principal Debêntures	(36.731)	(36.731)
Arrendamento	-	(56)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>227.058</b>	<b>227.002</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa:</b>	<b>500</b>	<b>28.743</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1	1
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	501	28.744
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa:</b>	<b>500</b>	<b>28.743</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Rota da BR 262 MG S.A.

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
<b>Receitas</b>		
Venda de serviços	-	224.850
Receitas acessórias	-	103
Receitas de construção - ativos da concessão	-	201.913
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>426.866</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custo dos serviços prestados	-	(47.844)
Custo de construção - ativos da concessão	-	(201.913)
Materiais, energia, serviços e outros	(290)	(13.856)
Outras receitas não operacionais	-	(693)
<b>Total</b>	<b>(290)</b>	<b>(264.306)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(290)</b>	<b>162.560</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciação e amortização	-	(2.600)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>(290)</b>	<b>159.960</b>
<b>Valor recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	10	9.019
Resultado de equivalência patrimonial	84.429	-
<b>Total</b>	<b>84.439</b>	<b>9.019</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>84.149</b>	<b>168.979</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>A - Pessoal e encargos</b>		
Remuneração direta	-	(9.232)
Benefícios	-	(4.268)
F.G.T.S.	-	(804)
Outros	-	(5.490)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(19.794)</b>
<b>B - Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	-	(50.975)
Municipais	-	(11.245)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(62.220)</b>
<b>C - Juros e aluguéis</b>		
Juros	(19.812)	(19.849)
Aluguéis	-	(1.738)
Outros	(1.484)	(2.525)
<b>Total</b>	<b>(21.296)</b>	<b>(24.112)</b>
<b>D - Remuneração do capital próprio</b>		
Lucro do exercício	(62.853)	(62.853)
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(84.149)</b>	<b>(168.979)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## 1. Contexto operacional

A Rota da BR 262 MG S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de dezembro de 2024, com sede em Uberaba, MG, tem por objeto social a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios e empreendimentos, em linha com o seu enquadramento como holding de instituições não financeiras.

## 2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração no desempenho de suas funções.

Apesar de não possuir compromisso contratual de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui o compromisso, contratual, de seguir as regras constantes de Governança Corporativa da CVM.

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável. Na preparação das demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na nota explicativa 4.15 - Uso de estimativas e julgamentos.

A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 30 de março de 2026.

### Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem os saldos e as transações da Companhia e de sua controlada, sobre as quais detém controle.

A controlada é consolidada integralmente, a partir da data em que o controle é obtido até a data em que este deixa de existir, com eliminação integral de saldos, receitas, despesas e resultados intragrupo.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme por todas as entidades do grupo e as datas de encerramento das demonstrações da controlada coincidem com a data das demonstrações da Companhia.

A seguir está apresentada a participação na controlada, sendo empresa domiciliada no Brasil

Companhia	Participação em %	
	31/12/2025	31/12/2024
	Direta	
Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (i)	100%	100%

### i) Concessionária de rodovia – Rota do Zebu – Way 262

A Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (“Companhia”) localizada à Rua Belmira Montes Barroso nº 164, em Uberaba, Minas Gerais, é uma sociedade anônima constituída em 02 de dezembro de 2024, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, da Rodovia BR 262/MG (km 360,1 ao km 799) do Programa de Concessão de Rodovias do sistema Rodoviário da BR-262/MG (Uberaba/MG – Betim/MG), entre o KM 360,1 e o KM 799,0, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-381 (C) em Betim e o entroncamento com a BR-050 (A)/464(A) em Uberaba, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 03/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres e no respectivo Contrato de Concessão, controlada pela Companhia Rota da BR 262 MG S.A. com 100% das ações.

A Companhia celebrou, em 14 de fevereiro de 2025, contrato de concessão pelo prazo de 30 anos, mediante licitação pública para operar a referida rodovia. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis segundo cláusulas específicas), desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente, as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade.

A concessão tem o prazo previsto de término para março de 2055. No encerramento do contrato, os trechos rodoviários administrados pela Concessão da Rodovia BR 262 MG S.A., serão devolvidos ao Poder Concedente, não havendo previsão no contrato original de prorrogação.

Em razão do início das operações da Companhia apenas em março de 2025, os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024 reflete exclusivamente o aporte inicial de capital social, sem movimentações operacionais ou financeiras relevantes. Por esse motivo, os valores comparativos entre os períodos são praticamente nulos, não permitindo análises significativas de variação ou evolução entre exercícios.

### **3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4. Políticas contábeis materiais**

#### **4.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **4.2. Contas a receber, controlada**

As contas a receber são reconhecidas quando a Companhia tem direito contratual de receber valores decorrentes da arrecadação de pedágios, principalmente por meio de instrumentos eletrônicos. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável, conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros. A Companhia avalia periodicamente a necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas com base em histórico de inadimplência, risco de crédito e informações prospectivas. Informações adicionais sobre a composição, vencimento e avaliação das contas a receber estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

#### **4.3. Imobilizado, controlada**

Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

#### **4.4. Intangível, controlada**

Representa o direito de exploração da infraestrutura concedida, reconhecido conforme ICPC 01/IFRIC12. Amortizado com base na curva de tráfego estimada ao longo do prazo da concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida de acordo com o *padrão de consumo dos benefícios econômicos*, mensurado pela *curva de tráfego estimada* ao longo do prazo da concessão. As premissas de tráfego e demais inputs relevantes são revisados periodicamente e eventuais mudanças são reconhecidas *prospectivamente*.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os valores registrados como “Gastos com leilão” no ativo intangível correspondem exclusivamente aos custos incorridos pela Companhia durante o processo licitatório e preparação da concessão.

#### **4.5. Direito de outorga e passivo de outorga**

A outorga fixa prevista no contrato de concessão é reconhecida como ativo intangível (direito de exploração) e amortizada de acordo com o padrão de consumo dos benefícios econômicos (ex.: curva de tráfego) ao longo do prazo da concessão. Quando o pagamento é parcelado, a obrigação de outorga é reconhecida pelo valor presente dos pagamentos futuros, e a atualização do saldo é registrada como despesa financeira (ajuste a valor presente). Alterações contratuais relevantes são analisadas quanto à modificação de termos e eventuais impactos de mensuração.

#### **4.6. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

A Companhia avalia, no mínimo ao final de cada exercício social, se existem indicações de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS36 – Redução ao valor recuperável de ativos. Quando tais indicações existem, ou quando a avaliação anual é requerida, o valor recuperável do ativo ou da respectiva unidade geradora de caixa (UGC) é estimado.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso é determinado com base em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos do ativo ou da UGC.

No caso da concessão rodoviária, os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da infraestrutura são avaliados, para fins de *impairment*, no nível da unidade geradora de caixa correspondente à concessão, considerando projeções de tráfego, tarifas de pedágio, custos operacionais, investimentos previstos e demais premissas relevantes, consistentes com o prazo contratual da concessão.

Caso o valor contábil de um ativo ou UGC exceda seu valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Nos exercícios subsequentes, a Companhia reavalia a existência de indícios de reversão de perdas reconhecidas em períodos anteriores, procedendo à reversão quando aplicável, observados os limites previstos no CPC 01/IAS36.

#### **4.7. Investimento em controlada/coligada**

Os investimentos em controladas e coligadas são registrados pelo método da equivalência patrimonial. Nesse método, a participação da Empresa nos lucros ou prejuízos das investidas é reconhecida na demonstração do resultado, enquanto o valor contábil do investimento é ajustado no balanço patrimonial.

#### **4.8. Reconhecimento de receita**

##### **Receita de pedágio, controlada**

A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimento e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

A receita será reconhecida em conformidade com o regime contabilidade de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando a passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviços são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão e serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

### **Receita de construção, controlada**

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01/IFRIC12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

### **Receitas acessórias, controlada**

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos como receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

### **Receita de juros**

Para ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, a receita (ou despesa) de juros é reconhecida pelo método da Taxa de Juros Efetiva (TJE), que aloca, ao longo da vida do instrumento, a diferença entre o valor inicial e o valor a liquidar, descontando os fluxos de caixa contratuais (principal e juros) ao valor contábil do ativo ou passivo. Atualizações por índices (por exemplo, IPCA ou CDI) e a apropriação de custos de transação integram a TJE e são reconhecidas no resultado financeiro.

## **4.9. Instrumentos financeiros**

A Companhia reconhece e mensura instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS9 – Instrumentos Financeiros. Os instrumentos financeiros abrangem ativos financeiros (como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber) e passivos financeiros (como fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures), além de arrendamentos (vide política específica). Ativos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado quando o modelo de negócios é manter para receber e os fluxos contratuais representam somente pagamentos de principal e juros (SPPI); nos demais casos, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nem adota contabilidade de hedge. Informações detalhadas sobre mensuração, riscos e sensibilidade são apresentadas na Nota Explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos, bem como nas notas específicas de debêntures/empréstimos e custos de empréstimos (CPC 20).

## **4.10 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo dos recursos recebidos, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à captação. Subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da Taxa de Juros Efetiva (TJE), reconhecendo-se os encargos financeiros no resultado na linha de resultado financeiro. Obrigações indexadas (por exemplo, IPCA ou CDI) são atualizadas conforme os respectivos índices; os efeitos de atualização e juros pela TJE são reconhecidos no resultado. Custos de transação são apropriados ao resultado ao longo do prazo dos instrumentos pela TJE, compondo a remuneração efetiva. As obrigações são classificadas no passivo circulante quando exigíveis nos 12 meses seguintes após a data do balanço (ou quando houver descumprimento de covenants sem *waiver* recebido até a data do balanço); as demais são classificadas no passivo não circulante. Modificações substanciais de termos são tratadas como baixa do passivo original e reconhecimento de novo passivo; modificações não substanciais são contabilizadas por meio do ajuste no valor contábil com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

#### 4.10.1 Custos de empréstimos (CPC 20)

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis (tais como o ativo de concessão em construção) são capitalizados como parte do custo do ativo, líquidos das receitas financeiras obtidas com a aplicação temporária dos recursos de empréstimos específicos. A capitalização inicia quando há **(i)** dispêndios com o ativo, **(ii)** contratação de empréstimos e **(iii)** atividades necessárias para preparar o ativo para seu uso pretendido; cessa quando substancialmente todas as atividades forem concluídas. A capitalização é suspensa durante períodos prolongados de paralisação.

#### 4.11. Tributação

##### Imposto de renda e contribuição social

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, conforme a seguir:

Imposto de renda sobre lucro	15%
Adicional de imposto de renda sobre o lucro	10%
Contribuição social sobre o lucro	9%

##### Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

##### Impostos sobre vendas e aquisição de produtos e serviços, controlada

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Contribuição para Seguridade Social (Cofins) – Cumulativa	3,00%
Programa de Integração Social (PIS) – Cumulativa	0,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

#### **4.12. Arrendamentos, controlada**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

##### **Ativos de direito de uso, controlada**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

##### **Passivos de arrendamento, controlada**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

##### **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

#### **4.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações contábeis, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado.

#### **4.14. Provisão de manutenção – Contratos de concessão, controlada**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

##### **4.14.1. Provisões gerais**

As provisões serão reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. A despesa relativa a quaisquer provisões será apresentada na demonstração do resultado.

##### **4.14.2. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **4.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das informações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas são baseadas em dados históricos, premissas atuais e projeções futuras, e são revisadas periodicamente. Alterações nas estimativas são reconhecidas nos exercícios em que ocorrem e em exercícios futuros afetados. As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma nas práticas contábeis descritas nas notas explicativas, e considerando a continuidade operacional da Companhia.

As principais áreas que exigem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- Provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber;
- Provisão para manutenção da infraestrutura da concessão;

- Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros;
- Reconhecimento de impostos diferidos considerando expectativa de geração de lucro tributável futuro;
- Testes de recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros.

#### 4.16. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado por ações diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações levando em consideração opções, conversíveis (títulos e quotas) e outros títulos que poderiam criar diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o número de ações durante o exercício apresentado.

	31/12/2025
<b>Lucro líquido</b>	<b>62.853</b>
Média ponderada de ações ordinárias para o lucro básico por ação	39.900.000
<b>Lucro básico por ação - Em R\$</b>	<b>0,00158</b>

#### 4.17. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura ICPC 01 (R1) /IFRIC12

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) /IFRIC12 – Contratos de concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) /IFRIC12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. A companhia não tem nenhum direito contratual até a data desta informação financeira.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. A companhia não tem nenhum direito a um ativo financeiro até a data desta informação financeira.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e manutenção em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

O valor ofertado no leilão que antecede a assinatura do contrato de concessão (“Lance do Leilão”) é depositado em uma conta bancária específica, de movimentação restrita, administrada por instituição financeira designada e com uso exclusivo para finalidades previstas no contrato de concessão. Embora a conta seja registrada em nome da Companhia, sua movimentação é controlada pelo Poder Concedente, não constituindo caixa disponível ou recurso de livre utilização pela Companhia.

Esse depósito não é classificado como ativo intangível, tampouco representa pagamento de outorga fixa no sentido tradicional e não gera obrigação contratual parcelada. Em razão das restrições de uso e da finalidade regulatória, o valor correspondente é reconhecido como ativo financeiro restrito, apresentado em “Depósitos Vinculados” no ativo não circulante.

Parte da receita bruta da concessão deve ser destinada automaticamente a contas vinculadas mantidas junto ao Banco Depositário. Esses valores são destinados exclusivamente ao atendimento dos mecanismos contratuais, tais como compensações, reequilíbrios econômico-financeiros e demais obrigações regulatórias. Esses montantes não representam outorga variável ou obrigação com o Poder Concedente.

## **5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para exercício anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

### **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade**

A partir de 1º de janeiro de 2025, o CPC incorporou mudanças relacionadas à falta de convertibilidade de moedas, conforme atualização do IASB. As alterações definem como avaliar se uma moeda é conversível, como determinar a taxa de câmbio quando não houver convertibilidade e exigem divulgações sobre impactos dessa situação no desempenho, posição financeira e fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **Alterações ao CPC 18 (R3) e ICPC 09**

Em setembro de 2024, o CPC atualizou normas para alinhar práticas brasileiras às internacionais, permitindo a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) em investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, prática já aceita nas demonstrações separadas pelo IASB. As mudanças entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não geraram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **OCPC 10 – Créditos de carbono e descarbonização**

Orienta o reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono e instrumentos de descarbonização, incluindo passivos associados a metas de redução de emissões. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, embora já vigente, é apresentado para fins informativos. A Companhia atualmente não detém créditos de carbono, permissões de emissão ou CBIOS, e, portanto, não há efeitos nas demonstrações contábeis. Caso venha a realizar tais operações, aplicará prospectivamente os critérios estabelecidos.

### **5.1. Normas e leis tributárias emitidas, mais ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. a Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### **IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade**

Propõe que as Companhias divulguem informações financeiras, riscos e oportunidades em curto e longo prazo referentes à sustentabilidade, que sejam úteis para os usuários de propósito geral na tomada de decisões sobre fornecimento de recursos à entidade. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026.

#### **IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima**

Estabelece os requisitos para a divulgação de informações relacionadas ao clima, aplicáveis aos aspectos em que a entidade está exposta, podendo incluir riscos físicos, riscos de transição e oportunidades disponíveis para a organização. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026.

#### **IFRS 18 – Apresentação e divulgação em demonstrações contábeis**

Substitui a IAS 1 e estabelece uma nova estrutura para apresentação das demonstrações financeiras, incluindo categorias padronizadas (operacional, investimento e financiamento), subtotais obrigatórios e divulgação das Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (MPMs). A norma também reforça princípios para agregação e desagregação de informações, visando maior clareza e comparabilidade. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva.

#### **Alteração na IAS 21 – Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio**

Estabelece requisitos para mensuração e divulgação de transações em moedas estrangeiras, conversão de saldos e o impacto das flutuações nas taxas de câmbio nas demonstrações financeiras. A adoção está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, com possibilidade de adoção antecipada.

#### **Alterações no IFRS 9 e IFRS 15 – Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros**

Define como devem ser classificados e mensurados os ativos e passivos financeiros, além de clarificar como as receitas relacionadas a esses instrumentos devem ser reconhecidas. A adoção está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada.

#### **Melhorias anuais ao IFRS – Volume 11**

A adoção está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada. As melhorias incluem:

- **IFRS 1 – Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro:** esclarece questões relacionadas à primeira aplicação das normas, garantindo uma adoção mais fluida para as Companhias.
- **IFRS 7 – Instrumentos financeiros:** aperfeiçoa orientações sobre divulgação de informações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros, as alterações ampliam os requerimentos de divulgação relacionados a classificação, mensuração, risco de crédito, risco de liquidez, riscos de mercado e instrumentos financeiros fora de balanço. A Companhia não possui instrumentos financeiros complexos, e não são esperados impactos materiais, além de maior detalhamento de notas explicativas.
- **IFRS 9 – Instrumentos financeiros:** corrige inconsistências e fornece mais clareza sobre mensuração e classificação inclui revisões nos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros, critérios para amortização do custo, requisitos de desreconhecimento e atualização no modelo de perdas esperadas. A Companhia mantém instrumentos financeiros simples e não espera impactos significativos além do aprimoramento de divulgações.

- **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis**

Estabelece nova estrutura de apresentação substituindo parcialmente a IAS 1, com categorias obrigatórias (operacional, investimento e financiamento) e novos subtotais padronizados. A adoção será obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia avalia eventuais impactos.

**IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio (alteração)**

As alterações esclarecem a avaliação de conversibilidade de moeda e a determinação da taxa de câmbio quando não houver mercado livre. A Companhia não espera impactos materiais.

- **IFRS 10 – Demonstrações consolidadas:** ajustes menores sobre aplicação de controle e determinação de consolidação.

- **IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa:** melhora a clareza na apresentação dos fluxos de caixa, especialmente em relação às atividades de financiamento.

**IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações**

Permite que subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos das demais normas IFRS, exceto pelos requisitos de divulgação, substituindo-os por um conjunto reduzido. Os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19 equilibram as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras com a redução de custos para os preparadores. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

**Reforma Tributária no Brasil**

A Emenda Constitucional 132 introduziu profundas mudanças no sistema tributário nacional, com um período de transição longo, compreendido entre os anos de 2026 e 2032. A Companhia reconhece sua complexidade e está comprometida em envidar todos os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas. Neste contexto, a administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma tributária, avaliando potenciais impactos sobre a operação e os resultados financeiros da Companhia. O planejamento e a execução das medidas de adequação incluirão investimentos em tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos, com o objetivo de mitigar riscos e garantir a conformidade com as novas exigências legais.

Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa geral (praças e sede)	-	-	309	-
Bancos - Conta corrente	1	1	260	1
Bancos - Aplicação	500	-	28.175	-
<b>Total</b>	<b>501</b>	<b>1</b>	<b>28.744</b>	<b>1</b>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com remuneração entre 95% e 110% do CDI, em 31 de dezembro de 2025, decorrentes de valores recebidos de aportes de capital.

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Contas a receber

	Consolidado 31/12/2025
Pedagio eletrônico	30.971
Cartões débito, crédito e PIX	428
Outros	29
<b>Total</b>	<b>31.428</b>

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente de corrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia entende que não faz necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência, e com vencimentos entre 30 e 40 dias.

A Companhia pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A Companhia avaliou o ajuste o valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data de 31 de dezembro de 2025, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas informações contábeis.

A arrecadação de pedágio na companhia, teve início em 21 de março de 2025.

### 8. Despesas antecipadas

	Consolidado 31/12/2025
Seguros a apropriar	305
<b>Total</b>	<b>305</b>

- Seguros decorrentes de obrigações contratuais da concessão, seguro garantia, riscos operacionais, engenharia e civil.

### 9. Recursos vinculados

	Consolidado 31/12/2025
<b>Saldo inicial</b>	-
Depósitos de recursos vinculados	3.875
Rendimentos dos recursos vinculados	127
<b>Total</b>	<b>4.002</b>

Trata-se de recursos vinculados em conta reserva da ANTT (Poder Concedente) correspondente a 2% aos recursos de receitas creditados em conta centralizadora, para utilização exclusivamente as seguintes finalidades:

- i) Compensações decorrentes de Desconto de Usuário Freqüente (DUF);
- ii) Recomposições de equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e
- iii) Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão.

É vedado a Companhia a utilização dos valores para prestação e fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido a conta do tesouro.

## 10. Investimentos

As principais informações sobre a controlada, as quais possuem exercício social também encerrado em 31 de dezembro 2025, estão apresentadas a seguir:

Controlada	Participação	%	Controle	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.	100%		Participação direta	335.212	32.637	302.575	84.429

### Movimentação

Movimentação controle direto	Saldo inicial 31/12/2024	Aportes/Integralização de capital nas controladas	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos/JCP recebido das investidas	Saldo final 31/12/2025
<b>Concessionária da Rodovia BR 262 MG S. A</b>	-	<b>267.622</b>	<b>84.429</b>	<b>(49.477)</b>	<b>302.574</b>

A Companhia (Rota da BR 262 MG S.A.) é uma holding cuja única controlada direta é a Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A., na qual detém 100% de participação acionária.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, o único investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial corresponde à participação na Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

## 11. Direito de uso

### a) Composição

	Consolidado			Líquido	
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Imóveis (i)	10,00%	2.429	(243)	<b>2.186</b>	-
<b>Total</b>		<b>2.429</b>	<b>(243)</b>	<b>2.186</b>	-

(i) Direito de uso referente a locação de prédios administrativos.

### b) Movimentação

	Consolidado
Custo	Imóveis
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	-
Adição	2.429
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.429</b>
Amortização	(243)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(243)</b>
<b>Valor residual líquido</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.186</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12. Imobilizado****a) Composição consolidado**

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31/12/2025	31/12/2024
Equipamentos e instalações	10%	2.898	(86)	2.812	-
Móveis e utensílios	10%	939	(33)	906	-
Veículos	10 e 20%	13.386	(1.466)	11.920	-
Computadores e periféricos	20%	3.611	(253)	3.358	-
Outros imobilizados	4%	2.219	(35)	2.184	-
Adiantamento fornecedores (i)	-	25.015	-	25.015	-
Em andamento	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>48.068</b>	<b>(1.873)</b>	<b>46.195</b>	<b>-</b>

(i) Adiantamentos a fornecedores de aquisição de bens para composição do ativo imobilizado (veículos, computadores, máquinas e equipamentos).

**b) Movimentação consolidado**

Custo	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Outros imobilizados em bens e terceiros	Adiantamento fornecedores	Em andamento	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição	2.926	1.058	13.104	2.592	200	25.637	2.275	<b>47.792</b>
Transferências	(28)	(119)	282	743	2.019	(622)	(2.275)	-
Transferências Intangível	-	-	-	297	-	-	-	<b>297</b>
Baixas	-	-	-	(21)	-	-	-	<b>(21)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.898</b>	<b>939</b>	<b>13.386</b>	<b>3.611</b>	<b>2.219</b>	<b>25.015</b>	-	<b>48.068</b>
Depreciação	(86)	(33)	(1.466)	(254)	(35)	-	-	<b>(1.874)</b>
Baixas	-	-	-	1	-	-	-	<b>1</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(86)</b>	<b>(33)</b>	<b>(1.466)</b>	<b>(253)</b>	<b>(35)</b>	-	-	<b>(1.873)</b>
<b>Valor residual líquido</b>								
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.812</b>	<b>906</b>	<b>11.920</b>	<b>3.358</b>	<b>2.184</b>	<b>25.015</b>	-	<b>46.195</b>

### 13. Intangível

#### a) Composição consolidado

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				31/12/2025	31/12/2024
Recuperação	3,41%	126.447	-	126.447	-
Operação	3,41%	100	-	100	-
Melhoramentos	3,41%	19.217	-	19.217	-
Gastos com leilão	3,35%	12.270	(272)	11.998	-
Software	20,00%	1.975	(211)	1.764	-
<b>Total</b>		<b>160.009</b>	<b>(483)</b>	<b>159.526</b>	-

#### b) Movimentação consolidado

Custo	Gastos					Total do intangível
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	com leilão	Software	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	-	-	-	-	-	-
Adição	-	-	-	12.270	1.975	<b>14.245</b>
Transferências Construção	126.447	100	19.217	-	-	<b>145.764</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>126.447</b>	<b>100</b>	<b>19.217</b>	<b>12.270</b>	<b>1.975</b>	<b>160.009</b>
Amortização	-	-	-	(272)	(211)	<b>(483)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	-	-	-	<b>(272)</b>	<b>(211)</b>	<b>(483)</b>
<b>Valor residual líquido</b>						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>126.447</b>	<b>100</b>	<b>19.217</b>	<b>11.998</b>	<b>1.764</b>	<b>159.526</b>

### 14. Intangível em construção

#### a) Composição consolidado

	Custo	Líquido	
		31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento fornecedores	-	-	-
Em construção	56.149	56.149	-
<b>Total</b>	<b>56.149</b>	<b>56.149</b>	-

(1) Se refere a adiantamentos a fornecedores de aquisição de bens para composição do ativo intangível (sistemas de arrecadação e outros intangíveis)

#### b) Movimentação consolidado

Custo	Adiantamento fornecedores	Intangível em construção	Total do Intangível em construção
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	-	-	-
Adição	3.546	202.210	<b>205.756</b>
Transferências ativo	-	(297)	<b>(297)</b>
Transferências intangível	(3.546)	(145.764)	<b>(149.310)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	-	<b>56.149</b>	<b>56.149</b>
<b>Valor residual líquido</b>			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	-	<b>56.149</b>	<b>56.149</b>

## 15. Fornecedores e prestadores de serviços

	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2025</b>
Operações	184
Infraestrutura e sistemas	7.480
Diversos	369
<b>Total</b>	<b>8.033</b>

Os passivos com fornecedores não incidem juros e são liquidados em até 60 dias.

## 16. Obrigações sociais e tributárias

<b>Tributárias</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2025</b>
Imposto de renda	4.541
Contribuição social	1.868
PIS	211
Cofins	980
ISS	1.680
Impostos retidos terceiros	770
<b>Total das obrigações tributárias</b>	<b>10.050</b>

<b>Sociais</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2025</b>
INSS	347
IRRF	74
FGTS	86
Provisões férias e 13º salário	1.178
<b>Total das obrigações sociais</b>	<b>1.685</b>
<b>Total com obrigações</b>	<b>11.735</b>

## 17. Obrigações contratuais

	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2025</b>
Verba de fiscalização <b>(a)</b>	<b>625</b>
Recursos vinculados <b>(b)</b>	<b>4.002</b>
<b>Total</b>	<b>4.627</b>
<b>Total curto prazo</b>	<b>625</b>
<b>Total longo prazo</b>	<b>4.002</b>

**(a)** Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, a Companhia deverá recolher em favor da ANTT a verba de fiscalização destinada a cobertura das despesas de fiscalização da concessão, o recolhimento se dará sempre até o 5º dia útil do mês subsequente, através de GRU específica em nome do poder concedente

**(b)** Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido a longo prazo de todo o contrato de concessão em aplicação financeira de movimentação exclusiva autorizada pelo poder concedente. O saldo é referente a retenção de 2% sobre os créditos vinculados a receita, maiores informações, vide Nota Explicativa nº 9.

## 18. Debêntures

### Composição controladora

Rubrica	Emissão	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2025
Debêntures 1ª Emissão	15/01/2025	15/01/2027	DI + 2,60% a.a.	62.569
Debêntures 2ª Emissão	18/09/2025	12/09/2027	DI + 2,52% a.a.	113.581
<b>Total</b>				<b>176.150</b>
Passivo circulante	-	-	-	-
Passivo não circulante	-	-	-	176.150
<b>Total</b>	-	-	-	<b>176.150</b>

### Movimentação controladora

	1ª Emissão 31/12/2025	2ª Emissão 31/12/2025	Total 31/12/2025
<b>Saldo inicial</b>	-	-	-
Captação	98.000	110.000	<b>208.000</b>
Provisão de juros e correção	14.540	5.270	<b>19.810</b>
(-) Pagamento de principal	(36.731)	-	<b>(36.731)</b>
(-) Pagamento de juros	(12.269)	-	<b>(12.269)</b>
(-) Custo captação	(1.865)	(1.967)	<b>(3.832)</b>
Amortização custo captação	894	278	<b>1.172</b>
<b>Saldo final</b>	<b>62.569</b>	<b>113.581</b>	<b>176.150</b>

### Vencimentos das parcelas (principal e encargos) controladora

Ano de vencimento	31/12/2025			Total
	Principal	Juros	Custo	
2026	-	-	-	-
2027	171.269	7.541	2.660]	<b>76.150</b>
2028	-	-	-	-
Após 2029	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>171.269</b>	<b>7.541</b>	<b>2.660]</b>	<b>76.150</b>

Em 2025, a Companhia realizou duas emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, ambas com garantia real, em série única e distribuídas no rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022. As emissões foram direcionadas exclusivamente a Investidores Profissionais.

#### 18.1. 1ª Emissão de Debêntures

A 1ª emissão foi realizada em 15 de janeiro de 2025, totalizando R\$ 98.000.000,00, composta por 98.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, conforme Escritura de Emissão celebrada em 09 de janeiro de 2025.

##### a) Características principais

- **Natureza:** Debêntures simples, não conversíveis, com garantia real e garantia fidejussória adicional;
- **Valor nominal unitário:** R\$ 1.000,00;
- **Data de emissão:** 15 de janeiro de 2025;
- **Vencimento:** 24 meses a partir da Emissão – 15 de janeiro de 2027;
- **Remuneração:**
  - 100% da Taxa DI;
  - acrescida de spread de 2,60% a.a.;
  - juros calculados de forma exponencial, cumulativa, *pro rata temporis*, base 252.

- **Pagamento dos juros:** em **parcela única** no vencimento;
- **Amortização:** parcela única no vencimento;
- **Rating:** não aplicável.

#### **b) Garantias**

A 1ª emissão conta com **(i)** garantias reais e **(ii)** garantia adicional fidejussória da acionista (Way Concessões/Rotas do Brasil), limitada a **51% das obrigações garantidas**.

##### **Garantias reais**

1. Alienação fiduciária das ações da Emissora (100% do capital), outorgada pela acionista.
2. Alienação fiduciária das ações da SPE (100% do capital), outorgada pela Emissora.
3. Alienação fiduciária dos direitos econômicos decorrentes das ações.
4. Cessão fiduciária de contas vinculadas (Contas Vinculadas Emissora e Way Concessões).
5. Cessão fiduciária de direitos creditórios da Concessão, incluindo receitas de pedágio, indenizações e receitas acessórias (podendo ser executadas sem prejuízo à continuidade do serviço público).

Todas as garantias estão devidamente registradas conforme previsto na Escritura.

#### **18.2. 2ª Emissão de debêntures**

A 2ª emissão foi realizada em 12 de setembro de 2025, totalizando R\$ 110.000.000,00, composta por 110.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, conforme Escritura de Emissão datada da mesma data.

##### **a) Características principais**

- **Natureza:** debêntures simples, não conversíveis, com garantia real, em série única.
- **Valor nominal unitário:** R\$ 1.000,00.
- **Data de emissão:** 12 de setembro de 2025.
- **Vencimento:** 24 meses a partir da emissão – **12 de setembro de 2027**.
- **Remuneração:**
  - 100% da Taxa DI;
  - acrescida de spread de 2,52% a.a.;
  - juros calculados de forma exponencial, cumulativa, *pro rata temporis*, base 252.
- **Pagamento dos juros:** em **parcela única** no vencimento.
- **Amortização:** parcela única no vencimento.
- **Rating:** não aplicável.

##### **b) Garantias**

A 2ª emissão compartilha integralmente as mesmas garantias reais da 1ª Emissão, mediante Contratos de Compartilhamento de Garantias, sem ordem de prioridade entre as séries.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Incluem-se:

- Cessão fiduciária das contas vinculadas (Emissora e Way Concessões);
- Alienação fiduciária das ações da Emissora e da SPE;
- Alienação fiduciária dos direitos econômicos correspondentes;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios da Concessão.

**c) Destinação dos recursos**

Os recursos líquidos da 2ª emissão foram integralmente destinados ao aporte de capital na SPE, conforme previsto no Edital de Concessão nº 03/2024 da ANTT.

**18.3. Covenants e obrigações contratuais**

A Companhia está sujeita a obrigações operacionais e financeiras previstas nas Escrituras, incluindo:

- manutenção das garantias reais e fidejussórias;
- destinação dos recursos conforme previsto;
- entrega de informações periódicas ao agente fiduciário;
- restrições à distribuição de dividendos em caso de descumprimento de obrigações;
- acesso do agente fiduciário à documentação e informações relevantes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com todas as cláusulas contratuais.

**19. Transações com partes relacionadas****Composição de contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	Contas a pagar		Contas a receber e adiantamentos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
4Road Concessões S.A. <b>(a)</b>	-	-	4	-
Way Concessões S.A. <b>(b)</b>	-	-	9	-
Rota da BR 262 MG S.A. <b>(c)</b>	-	-	-	-
Concessionária da Rodovia MS <b>(d)</b>	-	-	26	-
Concessionária da Rodovia do Leste <b>(e)</b>	-	-	30	-
Concessionária Rota Sertaneja MG-GO <b>(f)</b>	-	-	144	-
Rota da BR 153 MG-GO <b>(g)</b>	-	-	120	-
Concessionária da Rodovia BR 262 MG <b>(c)</b>	4.450	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.450</b>	-	<b>334</b>	-
Circulante	-	-	70	-
<b>Não circulante</b>	<b>4.450</b>	-	<b>264</b>	-

**(a)** Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários. Não há remuneração sobre esses pagamentos e serão reembolsados em 12 meses.

**(b)** Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários. Não há remuneração sobre esses pagamentos e serão reembolsados em 12 meses.

**(c)** Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários, e custas com emissão de debêntures. Não há remuneração sobre esses pagamentos e serão reembolsados em 12 meses.

**(d)** Referente a pagamento de mensalidade de plano de saúde corporativa, conforme rateio.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Referente a pagamento de mensalidade de plano de saúde corporativa, conforme rateio.

(f) Referente a pagamento de despesas com custas de constituição, e custas de emissão de financiamento.

(g) Referente a pagamento de despesas com custas de constituição, e custas de emissão de financiamento.

**Contratos com parte relacionadas consolidado**

Serviços contratados	Prazo	Valor contratado	Valor executado	Saldo
Obras de restauração da rodovia		25.163	(25.163)	-

Consórcio TORC Senpar 262, contrato de prestação de serviços com objeto de empreitada para reparos superficiais e profundos localizado, na rodovia BR 262, em área aproximadamente de 438,9km, saldo em 31 de dezembro de 2025.

O valor de R\$ 25.163 realizado no período está compondo o valor de R\$ 159.526, do Intangível, conforme Nota Explicativa nº 13.

Prazo para execução de 08 (oito) meses.

**Remuneração do pessoal-chave da administração consolidado**

A companhia é administrada por uma diretoria executiva, composta por 3 diretores, eleitos para o mandato de 02 (dois) anos, admitida a reeleição.

No período findo de 31 de dezembro de 2025, as despesas pagas com esses administradores foram de R\$ 160 (cento e sessenta mil reais).

**20. Arrendamento operacional**

	Consolidado 31/12/2025
<b>Saldo inicial</b>	-
Adições	2.429
Baixas	(360)
AVP despesa financeira	304
<b>Saldo final</b>	<b>2.373</b>
Passivo circulante	300
<b>Passivo não circulante</b>	<b>2.073</b>

Arrendamento referente à locação das sedes administrativas.

Em seu reconhecimento inicial os arrendamentos de direito de uso são mensurados pelo valor presente dos pagamentos considerando uma taxa de desconto de 13,40%, além de considerar uma inflação média de 4,75% a.a.

**21. Provisão para manutenção**

A Concessionária possui a obrigação contratual de as condições de conservação e manutenção da rodovia estabelecidas pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil dos custos aplicados na conservação da rodovia.

A provisão destes passivos está calculada com base nos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2030 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de desconto de 10,63% a.a., mais correção anual pelo IPCA.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**a) Composição**

	<b>Consolidado 31/12/2025</b>
Provisão para manutenção - Não circulante	5.852
<b>Total</b>	<b>5.852</b>

**b) Movimentação**

	<b>Consolidado 31/12/2025</b>
<b>Saldo inicial</b>	-
Provisão para manutenção	5.610
AVP provisão manutenção	242
<b>Saldo final</b>	<b>5.852</b>

**22. Patrimônio líquido****a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R\$ 1. Durante o exercício de 2025, os acionistas realizaram integralização de capital no montante de R\$ 59.622. Dessa forma, o capital social da Companhia totalizava R\$ 59.622 em 31 de dezembro de 2025.

Segue a composição do quadro societário da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

Controladora	CNPJ	País	Ações ordinárias		
			Participação	Quantidade	Valor
Way Concessões S.A.	57.582.342/0001-84	Brasil	100,00%	59.622.252	59.622.252

- Em 15 de janeiro de 2025, houve uma integralização de R\$ 33.471.292 de capital.
- Em 18 de setembro de 2025, houve uma integralização de R\$ 26.149.960 de capital.

**b) Reserva legal**

Em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Companhia constituirá a reserva legal ao final do exercício social, à razão de 5% do lucro líquido do período, até que atinja 20% do capital social, em 31 de dezembro de 2025 constituído o valor de R\$ 3.143.

**c) Reserva de lucros - Lucros retidos**

A constituição das reservas de lucros decorre da destinação do resultado do exercício, a ser deliberada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto na Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou reservas de lucros no montante de R\$ 44.783. Em 31 de dezembro de 2024, não havia reservas de lucros constituídas.

**d) Dividendos**

Nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, é assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou dividendos a distribuir no montante de R\$ 14.927. Em 31 de dezembro de 2024, não havia dividendos a distribuir.

## 23. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais os quais se destinam atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, taxas de juros e de moeda.

Os instrumentos financeiros da Companhia, tanto ativos quanto passivos, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses instrumentos são mensurados pelo custo amortizado quando se enquadram nessa categoria, conforme previsto no CPC 48 / IFRS 9.

Segue o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros referentes à Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	Notas	Consolidado		Custo amortizado
		31/12/2025	31/12/2024	
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado</b>				
Aplicações financeiras	6	28.175	-	Custo Amortizado
Contas receber	7	31.428	-	Custo Amortizado
<b>Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado custo valor justo é divulgado</b>				
Fornecedores	15	8.033	-	-
Arrendamentos operacionais	20	2.373	-	-
Debêntures	16	176.150	-	-

Hierarquização em 03 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que sua mensuração é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 – Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 – Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e
- Nível 3 – Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

Os valores referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, com valor presente líquido ajustado a taxa de juros vigente no mercado, se aproximam de valores de mercado.

### Gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

#### Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

#### Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente em março de cada exercício.

#### Risco regulatório

Por consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos o volume de tráfego a ser cobrada a tarifa pedagógica, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

#### Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos e aplicações financeiras que a

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Companhia possuía exposição na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório focus de 02 de janeiro de 2026 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

**Receitas e despesas financeiras**

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Projeção das receitas financeiras consolidada**

Indexador	Queda de 25%	Queda de 50%	Base case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
	Cenário II	Cenário I	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
CDI - %	11,25%	7,50%	15,00%	18,75%	22,50%

Projeção das receitas financeiras - 2025							
	Taxa de remuneração	Saldo principal 31/12/2025	Queda de 25%	Queda de 50%	Base case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Apliação - Controladora	CDI	<b>500</b>	56	38	75	94	113
Apliação - Way 262	CDI	<b>27.675</b>	3.113	2.076	4.151	5.189	6.227
<b>Total aplicado</b>		<b>28.175</b>	<b>3.169</b>	<b>2.114</b>	<b>4.226</b>	<b>5.283</b>	<b>6.340</b>

**Despesas financeiras**

Projeção das despesas financeiras controladora:

Indexador	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
	Cenário II	Cenário I	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
	11,25%	7,50%	15,00%	18,75%	22,50%
2,60% a.a.	-	-	2,60%	-	-
2,52% a.a.	-	-	2,52%	-	-

Projeção das despesas financeiras - 2025							
	Taxa de juros	Saldo principal 31/12/2025	Queda de 25%	Queda de 50%	Base case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
<b>Debêntures</b>	DI + 2,60% a.a.	<b>62.569</b>	8.666	6.319	11.012	13.358	15.705
<b>Debêntures</b>	DI + 2,52% a.a.	<b>113.581</b>	15.640	11.381	19.899	24.159	28.418
<b>Total empréstimos</b>		<b>176.150</b>	<b>24.306</b>	<b>17.700</b>	<b>30.911</b>	<b>37.517</b>	<b>44.123</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**24. Receita operacional líquida**

	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2025</b>
Receitas de pedágios	224.850
Receitas acessórias	103
Receitas de construção - ativos da concessão	201.913
Receita bruta de serviços	426.866
Impostos incidentes sobre serviços	(19.045)
<b>Receita líquida</b>	<b>407.821</b>

**25. Custos e despesas por natureza**

	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2025</b>
<b>Custo operacional</b>	
Custo de construção - ativos da concessão	(201.913)
Custo de conservação e manutenção rodovias	(14.956)
Custo operacional de rodovias	(21.338)
Custo com pessoal	(15.872)
Seguros	(2.767)
Custos contratuais da concessão	(9.850)
Amortização intangível	(396)
Depreciação ativo	(1.446)
<b>Total</b>	<b>(268.538)</b>

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Despesas com pessoal	-	(3.922)
Serviços de terceiros	(76)	(8.491)
Material e equipamentos	-	(1.677)
Despesas gerais	(214)	(4.590)
Outras despesas não operacionais	-	(693)
Amortização arrendamento	-	(243)
Amortização intangível	-	(87)
Depreciação ativo	-	(428)
<b>Total</b>	<b>(290)</b>	<b>(20.131)</b>

**26. Resultado financeiro**

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Receitas</b>		
Rendimentos de aplicação	10	8.822
Outros	-	197
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>9.019</b>
<b>Despesas</b>		
Juros sobre debêntures	(20.982)	(20.982)
Custos sobre debêntures	(234)	(234)
PIS e Cofins sem receita financeira	-	(424)
AVP Arrendamentos operacional	-	(303)
AVP Provisão manutenção	-	(242)
Outros	(80)	(382)
<b>Total</b>	<b>(21.296)</b>	<b>(22.567)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(21.286)</b>	<b>(13.548)</b>

## 27. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições</b>	<b>62.853</b>	<b>105.604</b>
Alíquota vigente	34%	34%
<b>Imposto de renda calculada pela alíquota vigente</b>	<b>(21.370)</b>	<b>(35.905)</b>
<b>Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões)</b>		
Ajuste equivalência patrimonial	28.706	-
Base negativa	(7.336)	(7.336)
Outras adições exclusões permanentes	-	(185)
Incentivos fiscais: patrocínio Lei Rouanet	-	675
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>(42.751)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social - Corrente</b>	<b>-</b>	<b>(44.804)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social - Diferido</b>	<b>-</b>	<b>2.053</b>

### b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e é baixado na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

	Controlada 31/12/2025
<b>Ativo</b>	
Diferenças temporárias sobre arrendamentos	<b>63</b>
Diferenças temporárias sobre provisão manutenção	<b>1.990</b>
<b>Total</b>	<b>2.053</b>

## 28. Seguros e garantias

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante o ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia. Adicionalmente, mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “all risks” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros estabelecida pela diretoria da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seguradora	Modalidade	Controlada vigência	Valor prêmio	Valor cobertura
Pottencial Seguradora S.A.	Garantia	De 01/02/2025 a 02/02/2026	567.952	236.000
Tokio Marine Seguradora S.A.	Resp. civil geral	De 01/02/2025 a 02/02/2026	598.627	10.000
Chubb Seguros do Brasil S.A.	Riscos operacional	De 01/02/2025 a 02/02/2026	1.916.733	30.000
Axa Seguros S.A.	Riscos engenharia	De 01/02/2025 a 01/02/2026	109.528	118.105
<b>Total</b>			-	<b>394.105</b>

## 29. Compromissos com a concessão

### a) Investimentos contratuais

Os investimentos a serem realizado pela concessão, para os próximos 30 anos, estão contemplados construção de pórticos de cobrança de pedágios, melhorias das bases, Saus, praças de pedágios existentes, atendimentos de usuários, melhoria de prédios da policia rodoviária, construção de balanças fixas, restaurações de rodovia, duplicações, intersecções, viadutos, obras de artes especiais, sinalização monitoração e demais investimentos que estão contemplados no Programa de Exploração Rodoviária (PER).

### b) Verba de fiscalização

Refere-se a verba de fiscalização recolhida a ANTT ao longo de todo o prazo da concessão, com o objeto de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. A tabela a seguir tem a previsão de valores a pagar dividido em 12 parcelas iguais e mensais, o valor e corrigido com base no índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. Esses valores estão estimados com base nos valores do ano de 2025.

Período	Controlada
	Valor
De março a dezembro de 2025	5.848
2026	7.501
2027	7.501
2028	7.501
De 2029 a março de 2055	180.024
<b>Total</b>	<b>208.375</b>

## 30. Provisão para contingências

A Companhia não é parte em processos de natureza cível ou de qualquer outra natureza decorrentes do curso de suas operações. Dessa forma, não há contingências registradas ou classificadas como de perda possível, provável ou remota.

A Administração, com apoio de seus assessores jurídicos e, quando necessário, de especialistas externos, realiza periodicamente a avaliação do ambiente jurídico aplicável às atividades da Companhia, assegurando que eventuais riscos processuais sejam tempestivamente identificados e tratados. No entanto, até a presente data, não foram identificadas demandas que exijam a constituição de provisão para riscos processuais.